

03 a 05
Junho
2017



TJ
ES

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

CLIP PING

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Campanha do Tribunal de Justiça estimula adoção

Rayza Fontes

A campanha “Esperando Por Você”, realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) usou vídeos com depoimentos e fotos de crianças e adolescentes prontos para receber um lar com o objetivo de estimular a adoção. As imagens e vídeos percorreram shoppings e cinemas da Grande Vitória e espalharam emoção pela internet.

Nos vídeos, grupos de irmãos, crianças mais velhas ou com alguma condição especial de saúde, ganharam voz. Caio, de 12 anos, por exemplo, contou que adora pintar e cozinhar. Já Thalisson, de 11, revelou que quer uma família para dar amor, carinho e respeito. A



TRIBUNAL de Justiça: vídeos

Raiane, de 15 anos, contou que gosta de nadar e tem o sonho de ser modelo.

Em menos de um mês, segundo o TJ-ES, os oito vídeos da campanha publicados no YouTube tiveram mais de 50 mil visualizações. E a Corregedoria Geral da Justiça, da Comissão Judiciária de Adoção (Ceja) recebeu mais de 300 e-mails e 100 ligações de pessoas de todo o País.

“Quatro crianças estão em fase de aproximação com famílias que as procuraram, porque viram a campanha. Outras sete crianças já estão apresentando a documentação necessária para que comece a aproximação”, destacou Dianne Wruck, psicóloga da Ceja.

Comandante diz que PMs serão valorizados

O comandante geral da Polícia Militar do Estado, coronel Nylton Rodrigues, afirmou que a categoria vai ser valorizada e que o reajuste salarial vai acontecer, mas no momento certo.

“Nossa tropa é valorosa, diferenciada. Acredito que a valorização virá, mas no momento certo. Não adianta acontecer na maior crise econômica do País e, em seguida, não receber”, explicou o comandante, que emendou: “Temos que destacar que não dá para fazer análise de uma só categoria”.

A afirmação é feita após o início da campanha de reajuste salarial capitaneada pela Associação dos Oficiais Militares do Estado (Assomes). A audiência de concilia-

ção entre associações e governo será na próxima terça-feira.

O presidente da associação, tenente-coronel Rogério Fernandes, disse que a corporação está sem reposições desde 2014.

“A gente decidiu fazer essa campanha porque até agora as conversas que tivemos com intermédio do Ministério Público não tiveram nenhum posicionamento concreto por parte do governo”, explicou o oficial, que destacou que as associações não trabalham com viés grevista nem com operação tartaruga.

BÔNUS

O decreto que regulamenta o pagamento de bônus a policiais civis e militares, e bombeiros que apreenderem armas de fogo, munição e acessórios foi assinado ontem pelo governador Paulo Hartung.

A regulamentação permite pagamento entre R\$ 318,65 e R\$ 955,95, de acordo com o calibre. Ainda serão gratificados com R\$ 3,18 a cada munição apreendida. O pagamento passa a valer retroativo ao último dia 10 de maio. “Esse bônus vem para reconhecer o trabalho dos nossos valerosos policiais”, explicou o comandante Nylton.

FERNANDO RIBEIRO — 06/04/2017



CORONEL Nylton: análises

FORO PRIVILEGIADO

Mais de 84% querem fim do benefício para políticos

Pesquisa da Pío XII aponta que 84,66% dos eleitores da Grande Vitória defendem a retirada da regalia para autoridades públicas

Tiago Alencar

Uma pesquisa feita pela Faculdade Pío XII revelou que 84,66% dos eleitores da Grande Vitória são contra o foro privilegiado, benefício concedido a autoridades de serem julgadas por um tribunal diferente ao de primeira instância, onde passa os processos da maioria dos brasileiros que cometem crimes.

O levantamento, feito em maio, foi realizado em Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica, com 580 pessoas maiores de 16 anos, e também apontou que 15,34% são favoráveis à manutenção do foro.

Membros da Comissão de Combate à Corrupção e à Impunidade da Ordem dos Advogados do Brasil (CCCI-OAB-ES), os advogados Cássio Drummond e Marco Antonio Barbosa defendem o fim do foro.

Segundo Drummond, a revolta dos eleitores é reflexo de uma população insatisfeita com uma Justiça que só vale para aqueles que têm privilégios.

O coordenador da pesquisa, professor Robson Carlos de Souza, disse que os eleitores estão indignados com a sensação de impunidade.



OS ADVOGADOS CÁSSIO DRUMMOND e Marco Antonio Barbosa defendem o fim do foro privilegiado

Na última quarta-feira, o Senado aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), em segundo turno, que derruba o foro e mantém a prerrogativa apenas para autoridades na linha sucessória do presidente da República. O texto, agora, foi para a Câmara Federal.

Entretanto, uma manobra retirou, do texto original, dispositivos que tratavam sobre a prisão de políticos quando a sentença fosse

confirmada na segunda instância, que é o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), além da parte que permitia que a prisão de parlamentares fosse feita sem autorização do Congresso.

Já o STF discute numa ação penal o alcance do foro. O relator, ministro Luís Roberto Barroso, e outros três membros do Supremo entendem que o foro só deve ser usado em casos em que o crime for come-

tido no cargo. A proposta chegou a ir a plenário na última quinta-feira, mas teve pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

AS PROPOSTAS

No Senado

A PROPOSTA do Senado, aprovada em segundo turno na última quarta-feira, prevê que o foro privilegiado seja destinado apenas aos presidentes da República, vices, presidentes do Senado, da Câmara e do STF.

AVOTAÇÃO manteve o entendimento de que a prisão de congressistas deve ter aval das respectivas casas.

No Supremo

NA DISCUSSÃO DO STF, as autoridades só teriam direito ao foro privilegiado em casos de crimes cometidos durante o exercício da função desempenhada pelo réu.

OUTRO ponto de embate entre o Senado e o STF, é que a Corte defende a prisão de políticos após confirmação da sentença em segundo grau.

rêus são deputados federais, senadores, ministros e presidentes da República, os autos são apreciados no Supremo Tribunal Federal (STF).

Como ficaria?

COM A QUEDA DO FORO, o processo vai para o juiz e para o promotor da primeira instância. Os processos com foro no Supremo vão para a instância judicial respectiva, que é o juízo federal da primeira instância.

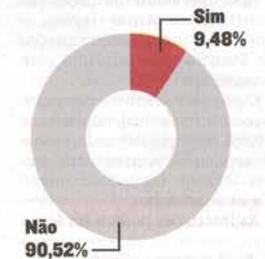
A PESQUISA

DOS QUATRO municípios onde o levantamento foi realizado, Vila Velha registrou a maior aprovação para perda do foro: 91,88%. E Cariacica tem o menor índice, 70%.

1 Você é a favor da perda do foro privilegiado para políticos e demais autoridades?



2 Você acha que o presidente da República, o vice, os membros do Congresso, ministros e o procurador-geral da República deveriam ter algum tipo de privilégio nos julgamentos?



RESULTADO POR MUNICÍPIO

VOCÊ É A FAVOR DA PERDA DO FORO PRIVILEGIADO POR AUTORIDADES E POLÍTICOS?

CARIACICA



VILA VELHA



VITÓRIA



SERRA



METODOLOGIA

Pesquisa em 4 cidades

- FORAM OUVIDAS 580 pessoas maiores de 16 anos, nas cidades de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica.
- LEVANTAMENTO da Faculdade Pío XII foi feito de 4 a 8 de maio.
- MARGEM de erro é de 3,5 pontos.
- ENTREVISTADOS foram questionados se aprovavam o foro privilegiado para autoridades, entre elas políticos.

Fonte: Pesquisa da Faculdade Pío XII

ENTENDA

O que é o foro?

O FORO ESPECIAL por prerrogativa de função, mais conhecido como foro privilegiado, garante um procedimento jurídico específico para autoridades em cargos de destaque no País. O foro é diretamente ligado à função exercida, e não ao indivíduo. Quando um político perde seu cargo, por exemplo, ele deixa de ter direito ao foro. No Brasil, cerca de 22 mil pessoas têm direito ao benefício, segundo a Operação Lava a Jato.

Como funciona?

O FORO PRIVILEGIADO funciona para políticos que tenham crimes previstos na Constituição Federal. Quando se trata de prefeitos e juizes, o processo vai para os tribunais de justiça do estado onde o acusado exerce o cargo. No caso de políticos capixabas, os processos são recebidos no TJ-ES. Quando quem responde pelo processo é um governador ou um desembargador, quem julga é o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Nos casos em que os

As 4 instâncias da Justiça STF é responsável por julgar presidentes da República

1ª A primeira instância da Justiça é onde são julgados os processos de cidadãos comuns, que não possuem prerrogativas de função. É composta por varas criminais e cíveis, de família, infância e juventude, entre outras.



2ª Na segunda instância ficam os tribunais de Justiça, que julgam recursos vindos do juízo de primeiro grau, além de receber processos envolvendo juizes e prefeitos. Quem julga são os desembargadores da Corte.



3ª A terceira instância judicial é formada pelo Superior Tribunal de Justiça. Além de receber recursos dos tribunais estaduais, o STJ ainda julga ações contra desembargadores, deputados e governadores. Quem julga são os ministros da Corte.



4ª A última instância judicial é o Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte recebe ações com recursos à última instância. Composto por ministros, o Supremo é responsável por julgar presidentes da República, vices, senadores, deputados federais e ministros.



FORO PRIVILEGIADO

No Estado, 1.003 perderiam direito

Caso a Câmara dos Deputados confirme a decisão do Senado, mantendo o efeito da PEC que derruba o foro privilegiado, 1.003 autoridades capixabas, entre elas políticos, passarão a ser julgadas pelos juizes de primeiro grau, nas esferas estadual e federal.

Instituído no Brasil pela Constituição Republicana de 1889, o foro privilegiado passou por alterações até chegar, em 1988, ao modelo atual. Na Constituição de quase 100 anos anterior a do modelo vigente, o foro era visto como uma forma de salvaguardar autoridades de perseguições relacionadas aos seus cargos.

No Estado, estão acobertados hoje pela prerrogativa de função juizes, prefeitos, desembargadores, membros dos ministérios públicos Estadual e Federal, deputados estaduais e federais, senadores, procuradores estaduais, secretários de Estado, conselheiros do Tribunal de Contas, defensores públicos, o governador e seu vice.

Para alguns juristas, o foro estendido a tantas autoridades perde seu verdadeiro sentido, uma vez que é uma prerrogativa de função ligada estritamente ao cargo, que é usada, na maioria dos casos, para o

juizamento de crimes distintos do exercício da função conquistada por meio de mandato, no caso de políticos.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), juiz Ezequiel Turbido, o atual modelo do foro privilegiado é uma aberração. "O modelo atual possui algumas aberrações, como crimes cometidos fora do exercício político serem incluídos no foro das autoridades", ressaltou.

Outro ponto negativo ligado ao foro privilegiado diz respeito a impossibilidade de continuação do processo de maneira efetiva, pois, um político, que começa tendo uma ação julgada em alguma das instâncias que lhe garante o foro, quando perde o mandato, passa a ter seu processo apreciado por juiz de primeiro grau.

Quando ele consegue uma reeleição, por exemplo, os autos voltam para o segundo grau, fazendo com que, em alguns casos, o crime prescreva por conta da inconstância no julgamento da ação.

Segundo o presidente da OAB-ES, Homero Mafra, algumas autoridades usam desse artifício para sair impunes dos processos, que sobrecarregam a segunda instância.

AUTORIDADES NO ESTADO COM DIREITO AO BENEFÍCIO

TJ tem 348 com foro especial

Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) tem 348 autoridades com direito ao foro privilegiado, sendo 320 juizes e 28 desembargadores.

Tribunal de Contas

No Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), 14 autoridades têm direito ao benefício. São sete conselheiros, três procuradores de contas e quatro auditores.

Ministério Público

No Ministério Público do Estado (MP-ES) são 255 promotores de Justiça, 12 promotores substitutos e 20 procuradores, totalizando 287 autoridades com foro.

Ministério Público Federal

O MPF tem 19 procuradores da República que têm direito ao benefício.



MINISTÉRIO PÚBLICO: 287 com foro

Secretários estaduais

O Estado conta com 24 secretários à frente das pastas de governo. Essas autoridades também têm foro privilegiado.

Deputados estaduais

A Assembleia Legislativa do Estado tem, hoje, 30 parlamentares, que também são cobertos pelo foro privilegiado.

Deputados federais

Compondo a bancada capixaba no Câmara, 10 deputados federais, eleitos no Espírito Santo, têm direito ao foro especial.

Senadores

No Senado, três parlamentares eleitos no Estado possuem o benefício.

Prefeitos

No Espírito Santo, os 78 prefeitos capixabas têm direito à prerrogativa de função.

Governador

O atual governador Paulo Hartung (PMDB) possui direito ao foro.

Vice-governador

O vice-governador César Colnago (PSDB) também é protegido pelo foro por prerrogativa de função. Ele tem o benefício porque é o primeiro na linha sucessória.

Defensores públicos

Segundo a assessoria da Defensoria Pública Estadual, 188 defensores estão dentro do foro por prerrogativa de função.



RANDOLFE é o relator da PEC que derrubou o foro: senador disse que o Judiciário pressionou políticos em Brasília

RANDOLFE RODRIGUES RELATOR

“Classe política foi pressionada”

Responsável por relatar a PEC que derrubou o foro privilegiado para autoridades e políticos, no Senado, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) conversou com **A Tribuna**. Na entrevista, o congressista disse que a aprovação da proposta, em segundo turno, representa uma resposta à sociedade.

A TRIBUNA - O que representa a aprovação da PEC?

RANDOLFE - É um suspiro de cidadania e republicanismo. É também uma resposta para a sociedade. O Judiciário também estava fazendo pressão acerca da matéria.

▶ A queda do foro deixaria a Justiça mais igualitária?

Com certeza. Nosso intuito, desde quando assumimos a relatoria deste projeto, era garantir o cum-

primento da norma constitucional de que todos são iguais perante a lei.

▶ A classe política tira vantagem do uso do foro privilegiado na hora responder por crimes nos quais são réus?

A maior prova disso é que o ministro Gilmar Mendes (do STF), para um ministério do governo Dilma, sustentou que a concessão de foro privilegiado era uma forma de obstrução à Justiça.

▶ A queda do foro pode gerar alguma sobrecarga nas varas de primeira instância?

Acredito que não, porque a concentração de ações em alguns poucos desembargadores e ministros de tribunais colegiados será dispersada em várias comarcas, na Justiça de primeiro grau. Claro

que deve ser feito um monitoramento, mas o fim do foro propiciará uma economia para os tribunais colegiados.

▶ Como a classe política recebeu a aprovação da proposta em segundo turno?

Sinto que a classe política foi pressionada, pela sociedade e pelo que acabou com o foro de maneira geral e praticamente irrestrita.

Se o Senado não aprovasse, seria atropelado pelo Supremo, que está discutindo que o foro só vale para crimes praticados em conexão com o mandato, o que responde por cerca de 3% das ações.

A proposta aprovada no Senado e que segue para a Câmara é mais ampla do que a decisão do Supremo. A classe política se sentiu na obrigação de aprovar a proposta.

FALA, LEITOR

FOTOS: DAFAMA SOUZA/AT



MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO, 43 anos, operária

“É uma medida certa (o fim do foro). A Justiça tem de ser igual para todos. Os políticos têm de ser julgados sem privilégios”



ROBERTO CARLOS COSTA, 51 anos, electricista

“Aqui, no Brasil, só existe punição para os menos favorecidos. Sem ou com foro, os grandes vão continuar sem ser punidos”



ROBERTO VARGAS, 55 anos, farmacêutico

“Sou favorável que caia esse privilégio. As pessoas têm de ser julgadas de maneira igualitária, sem benefícios”

ANÁLISE

“Essa decisão não vai resolver totalmente o problema”

“O foro surgiu com a 1ª Constituição em 1889, prevendo que certas pessoas sejam julgadas perante determinados tribunais, para assegurar independência funcional, o desempenho pleno do mandato, e o exercício de sua função, quando submetida a julgamento.

O Brasil é o país que mais possui pessoas detentoras de foro privilegiado, aproximadamente 22 mil pessoas, e não são apenas políticos, mas juizes, promotores, defensores e advogados públicos.

O julgamento nos tribunais superiores tem se mostrado demasiadamente

longo, passando à sensação de impunidade à população. O fim do foro, essa decisão, não vai resolver totalmente o problema, pois o processo iniciará no juízo de primeiro grau, possibilitando recursos até chegar ao STF, que demandará longa tramitação das ações, permitindo que haja impunidade.”

Lauro Coimbra Advogado e professor de Direito da Faculdade PID XII





ARMADILHAS NA INTERNET

Professor põe rim à venda e cai em golpe

“Pedi dinheiro emprestado para enviar (ao exterior). Fiquei desesperado e entrei em depressão”

PROFESSOR DE MATEMÁTICA DE 60 ANOS

Endividado, morador de Vila Velha fez anúncio virtual e recebeu falsa proposta de R\$ 600 mil de máfia nigeriana. Caso repercutiu fora do País

Jéssica Cardoso

Angústia de se ver desempregado e mergulhado em dívidas levou um professor universitário, de Vila Velha, a colocar um de seus rins à venda, na internet.

Contudo, ao receber uma proposta de R\$ 600 mil de estrangeiros, o professor acabou caindo duas vezes em um golpe da máfia nigeriana – conhecida por enganar pessoas no mundo virtual –, aumentando mais suas dívidas, que já passavam de R\$ 60 mil.

O caso teve repercussão internacional. Sem se identificar, o professor de Matemática, de 60

anos, relata que o primeiro anúncio foi publicado em novembro de 2015, após ele ser demitido da faculdade que lecionava.

O segundo, em abril deste ano. Ele conta que, mesmo sabendo que poderia cometer um crime, e ser preso por comercializar o próprio órgão, ele resolveu se arriscar depois de assistir a um caso na TV.

“Vi o caso de uma idosa que tinha conseguido vender um rim por R\$ 60 mil, e fui para a internet procurar sites que recebiam anúncios. Encontrei alguns e comecei a espalhar meus dados. Dizia: ‘Eu estou vendendo meu rim, tenho 59 anos, tipo sanguíneo...’ e mais um contato de e-mail”, revela o professor.

Não demorou muito para ele receber uma mensagem atrás da outra. Dentre elas, a proposta de ganhar R\$ 600 mil com a venda. “Afundado em dívidas, respondi dizendo que tinha interesse. Eles pediram uma série de coisas como forma de cadastro: endereço, telefone, dados pessoais, informações

sobre trabalho, e até pediram exames de sangue. E eu encaminhei”, descreve.

O procedimento cirúrgico seria agendado para acontecer em um hospital da Nigéria. Antes que a venda fosse fechada, segundo o professor, os supostos compradores pediram que ele enviasse a quantia de 100 euros para que pudessem realizar a transação.

“Pedi dinheiro emprestado para enviar mais de R\$ 300, na ocasião. Fui a bancos para saber se era normal, e me informaram que não. Fiquei desesperado e entrei em depressão”.

Mas até este ano as propostas continuaram e ele resolveu tentar pela segunda vez. “Enviei R\$ 50 e entrei em contato com o hospital nigeriano, mas disseram que não tinha ninguém com o nome da negociadora, e não faziam o procedimento”, disse.

Só depois da segunda tentativa o professor teve certeza do golpe, e o caso chegou à Polícia Civil na última quinta-feira.

O GOLPE

O anúncio

- > O PROFESSOR, de 60 anos, colocou um de seus rins à venda em sites com seu nome, idade, condicionamento físico, tipo sanguíneo e contato.
- > O PRIMEIRO anúncio foi em novembro de 2015, quando ele recebeu a proposta de R\$ 600 mil, e foi vítima do primeiro golpe: ele enviou 100 euros para uma conta no exterior.
- > EM ABRIL de 2017, o professor resolveu retornar com os anúncios e enviou mais R\$ 50.

Envio

- > O DINHEIRO era enviado via agências de turismo para contas bancárias na Nigéria. A vítima descobriu o golpe depois de ligar para o suposto hospital e constatar que a médica era falsa.
- > APÓS a descoberta, os golpistas fizeram ameaças de morte à vítima. O caso será investigado pela Delegacia de Repressão aos Crimes Eletrônicos.

PROFESSOR 60 ANOS

“Resolvi arriscar, pois estava desesperado”

Decepcionado, após ter sido vítima de uma máfia nigeriana, o professor, de 60 anos, contou à reportagem de A TRIBUNA que se arrependeu do que fez, e agora pretende doar o rim para quem precisa.

A TRIBUNA - De onde surgiu a ideia de colocar o rim à venda?

PROFESSOR - Eu assisti na televisão ao caso de uma brasileira que tinha conseguido vender um rim por R\$ 60 mil, e pagar as contas. Depois, fui para a internet procurar sites que recebiam anúncios.

Encontrei alguns e comecei a espalhar meus dados. Dizia: ‘Eu estou vendendo meu rim, tenho 59 anos, tipo sanguíneo...’ e mais um contato de e-mail.

O que te levou a fazer isso?

O que me levou a isso foram as condições financeiras. Em novembro de 2015, fiquei desempregado, após dar aula por 10 anos em uma faculdade particular, e acumulei R\$ 60 mil em dívidas. Foi quando surgiu essa ideia maluca de fazer a venda de um rim meu. Depois surgiu uma suposta médica, dizendo ser Kate Adams, com uma proposta que resolveria a minha vida financeira, mesmo minha família reprovando.

> Sabia que poderia cometer um crime?

Sim, mas resolvi arriscar. Estava desesperado. Mas aconselho que as pessoas não façam isso e não enviem dinheiro ao exterior. Cheguei à conclusão de que não é preciso se expor dessa forma. Existem outras formas de resolver os problemas, que não seja vendendo um órgão. Há um mês consegui um emprego de professor. Agora, estou disposto a dar meu rim como doação.

Polícia vai investigar crime

Depois de perceber que foi vítima de um golpe, o professor de 60 anos – que havia anunciado na internet a venda de um rim – procurou a Delegacia de Repressão aos Crimes Eletrônicos (DRCE), em Vitória, para denunciar o caso.

A delegada Cláudia Dematté, titular da unidade, afirmou que não pode falar sobre o caso, especificamente, pelo fato de que a vítima ainda vai prestar depoimento e o fato será investigado.

Em entrevista, o professor disse que não procurou a polícia antes devido às ameaças que sofreu do grupo criminoso. “Assim que descobri a intenção deles disse que

procuraria a polícia e revelaria tudo nas redes sociais. Mas disseram que tinham meus contatos e dados, que iriam me achar e executar a mim e a minha família”, contou ele, que mudou de bairro por medo.

Simulando ser uma pessoa interessada em vender um rim, a reportagem fez contato por e-mail com a negociadora, que tentou aplicar mais um golpe. Em uma das mensagens, ela pediu por dados, informações e quando questionada sobre a ilegalidade da ação respondeu: “Você está no lugar certo para vender seu rim (...), e receberá seus fundos em termos legais”, diz a mensagem.

CASO FOI DESTAQUE NA IMPRENSA INTERNACIONAL



RELATO do professor foi capa do Correlô da Manhã, em Portugal, que teve como manchete a proposta dos golpistas.



A VÍTIMA descreveu como golpistas tentaram negociar o rim, se passando, inclusive, por médicos.



ODRAMA do professor de Vila Velha, que passou a ser ameaçado pelos criminosos, também foi relatado na reportagem.

ARMADILHAS NA INTERNET

“Anúncios podem contribuir com o crime”

A necessidade de obter dinheiro pode levar muitas pessoas a tomarem atitudes extremas, mas especialistas em Direito destacam que é preciso ter cautela e não deixar que o desespero domine, a ponto de colocar um órgão à venda.

Os próprios anúncios podem contribuir com o crime, conforme alerta o presidente da Associação de Magistrados do Espírito Santo (Amages), juiz Ezequiel Turibio.

Segundo o magistrado, é preciso analisar cada caso para se estabelecer o que é crime, mas ele não tem dúvidas de que quem anuncia um rim – ou qualquer outro órgão – está, mesmo que indiretamente, influenciando um mercado.

“E se, após o anúncio, se efetiva uma venda? Existe um mercado ilegal que envolve altas quantias em dinheiro, um comércio clandestino. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 5% dos órgãos transplantados no mundo provêm do mercado ilegal de mer-

cado negro, justamente nas comunidades mundiais mais pobres, e para isso foi criada a Lei 9434 de fevereiro de 1997, em vigor até hoje”, explicou o juiz.

De acordo com o professor de Direito da Ufes, doutor em Direito Civil pela USP, Francisco Vieira Lima Neto, no Brasil só é admitida a doação de órgãos ou tecidos. “A lei é bem clara, e destaca que comprar e vender tecido ou órgãos ou parte do corpo humano é crime, e a pena é de três a oito anos de reclusão.” Além disso, Lima Neto lembrou

“A lei destaca que comprar e vender tecido ou órgãos ou parte do corpo humano é crime, e a pena é de três a oito anos de reclusão”

Francisco Vieira Lima Neto, professor de Direito da Ufes

que se um médico realizar o transplante sabendo que o órgão foi vendido também comete um crime, previsto nos artigos 16 e 17 da lei – bem como outras pessoas envolvidas no processo. Para os médicos, a pena é de um a seis anos.

Lima Neto lembra ainda que a lei prevê a doação em dois tipos: aquela realizada depois da morte do doador e quando ele ainda está em vida, sendo que o órgão só pode ser doado desde que isso não acarrete nenhum dano ao doador.

Sobre casos de pessoas que colocaram o órgão à venda e cairam em golpe, ele acredita que elas tenham sido vítimas de estelionato, e não se enquadram nos termos da lei.

“O caso do professor foi uma proposta. A lei fala em venda e compra. A partir do instante que essa proposta tivesse sido aceita e alguém tivesse feito o pagamento seria uma compra. No desespero, a pessoa anuncia e quem quer comprar não assina um contrato. São ações mascaradas como doação simulada.”



JUIZ EZEQUEL TURIBIO alerta sobre comércio clandestino de órgãos

O QUE DIZ A LEI

Denúncias pelo 190 ou 181

Legislação

➤ SEGUNDO A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, em vida ou após a morte, para fins de transplante e tratamento, é permitida.

➤ A REALIZAÇÃO de transplante ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano só poderá ser realizada por estabelecimento de saúde, público ou privado, e por equipes

médico-cirúrgicas de remoção e transplante previamente autorizadas pelo órgão de gestão nacional do Sistema Único de Saúde (SUS).

➤ É CRIME remover tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver em desacordo com a lei.

➤ A PENA determinada é de três a oito anos de reclusão, no caso de venda e compra. Informações podem ser repassadas ao 190 ou Disque-Denúncia 181.

Pedidos de socorro diários após “romance fraude”

Por medo e até vergonha, não são todas as vítimas de golpistas virtuais que procuram a polícia. Mas uma ferramenta que parte delas utiliza para levar a público os casos são as próprias redes sociais. A página “Fora Scammers” – estelionatários da internet – no Facebook já tem mais de 9 mil seguidores. A administradora, que prefere ser chamada de caçadora de scammers, e utiliza pseudônimo

de Crystal Brasil, disse que recebe mais de 100 denúncias e relatos por dia, somando e-mails e blogs. Ela tem contatos de todo o Brasil, inclusive do Espírito Santo.

Segundo Crystal, golpes com propostas de venda de órgãos ainda não são tão comuns, porém o que não faltam são depoimentos de mulheres enganadas, após viverem um “romance fraude”.

“Estamos aqui pra ajudar as vítimas, orientando-as. Muitas mulheres se matam por não ter a quem pedir ajuda, e nosso trabalho é de muitas outras pessoas tem sido ajudá-las, mostrando que não são únicas”, diz Crystal.

O consultor de tecnologia e segurança da informação Paulo Roberto Penha lembrou que os golpistas agem de forma planejada.

“Tem gente de todos os tipos na internet querendo obter vantagens, para lidar com isso e trabalhar com uma chamada engenharia social para dar a volta na pessoa”, salientou.



MULHER acessa a internet: golpes

Golpista ganha confiança da vítima

Seja fazendo uma falsa proposta criminosa de compra de órgãos, seja enganando mulheres, segundo a polícia tem aumentado o número de golpistas que se aproveitam da fragilidade das vítimas para ganhar a confiança delas e agir.

A titular da Delegacia de De-

fraudações (Defa), delegada Rhaiana Bremenkamp, disse que os criminosos se aproveitam do desespero das pessoas para lucrar.

“Apesar desse golpe do rim não ser muito comum, é recorrente o golpe do falso emprego ou bilhete premiado. A ganância de achar que

vai ganhar dinheiro fácil e também a solidariedade, em algumas situações, são um prato cheio.”

E os golpes podem chegar a altas quantias. Segundo a delegada, recentemente, uma idosa perdeu R\$ 40 mil no golpe do bilhete premiado, em Vitória.

De acordo com a delegada, o estelionatário sabe mexer com o emocional das vítimas.

“Ele é bom nisso. Se aproveita de cada fragilidade dessa e ganha a confiança. No caso do professor, por exemplo, os pedidos por exames tinham essa finalidade. Arma toda uma cena para a pessoa acreditar que é real”, destacou.

Depois, segundo Rhaiana, quando a pessoa está envolvida com a situação, vem o golpe.

“Muitos envolvem as vítimas por meses, anos, até serem descobertos. Algumas vezes a própria vítima age de má-fé, e quer se valer da situação para obter vantagem, e acaba caindo no golpe. Não sei o quanto desesperado o professor em questão estava, mas é um caso de se estranhar”, ponderou.



Rhaiana Bremenkamp, delegada

ANÁLISE

“As quadrilhas monitoram todos os tipos de comportamentos”

“Hoje sabemos que o número de quadrilhas aplicando golpes na internet aumentou consideravelmente. Para identificarmos a quadrilha, há necessidade de investigação. Elas monitoram todos os tipos de comportamentos na internet, especialmente aqueles que envolvem dinheiro e relação pessoal (caçadores de amor). As quadrilhas da Nigéria são es-

pecialistas em golpes de amor, especialmente mulheres com algum tipo de desilusão à procura de parceiros.

O excesso de ambição na internet é, sem dúvida, uma faca de dois gumes. A pessoa acaba se iludindo, pelo barato, pelo rápido e pelo mágico, pois a tecnologia às vezes é vista assim. E acaba cegando a vítima, que se torna um alvo muito fácil. Ainda

não tem alguma forma de acabar com isso.

Para não ser uma vítima, existem três regras: sempre desconfiar de tudo na internet; nunca enviar dinheiro ou aceitar presentes vindos de relacionamentos virtuais. Relacionamentos virtuais começam sim pela internet, mas logo devem se mostrar em carne e osso.”



Wanderson Castilho, especialista em crimes digitais

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS/ ENTREVISTA LUIZ CARLOS CRESPO

Irmão de Araceli quer exame de DNA no corpo

Morando no Canadá, o carpinteiro Luiz Carlos Cabrera Sanchez Crespo conta que a irmã foi morta às vésperas do aniversário dele

Rafael Moura

O menino paulista Luiz Carlos Cabrera Sanchez Crespo, aos 12 anos, vivia a expectativa de ter a primeira festa de aniversário com direito a bolo. O filho do electricista espanhol Gabriel Crespo e da dona de casa boliviana Lola Crespo, de condições humildes, teve a promessa feita pelos pais, assim que a família se mudou para o Bairro de Fátima, na Serra, em dezembro de 1972.

A quatro dias da esperada comemoração, em 18 de maio de 1973, quando as manchetes dos jornais do País estampavam os desdobramentos do escândalo Watergate, nos EUA, o garoto seguiu a rotina e, na manhã daquela sexta-feira, pegou o ônibus do Bairro de Fátima para ir à escola, no Forte São João, em Vitória. Como de costume, ele foi acompanhado da inseparável irmã Araceli, de 8 anos, que o chamava de "neném".

No caminho, ela teve de parar numa escola da Praia do Suá, pois o colégio onde Luiz estudava não

“Se eu tivesse pegado o ônibus, talvez tivesse encontrado a minha irmã. Minha mãe mandou bilhete para ela sair mais cedo”

aceitava garotas. Ele deu “tchau” para a caçula e seguiu o percurso.

Há 44 anos, o hoje carpinteiro Luiz Carlos, que mora em Toronto, no Canadá, ainda tem as cicatrizes da última vez que viu a irmã, que foi brutalmente abusada e assassinada, tornando-se símbolo do combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes no País. O corpo dela foi encontrado dois dias depois do aniversário dele.

“Naquele ano não teve festa. É muito difícil comemorar o meu aniversário. Já houve situações de nem comemorar. Só depois de estar no Canadá, por ter uma festa em ho-

“Estava todo mundo fora. Por ser boliviana, minha mãe foi ligada com o tráfico de drogas, sendo que nem saía de casa”

menagem à rainha na mesma época, foi que mudou um pouco”, diz o carpinteiro, radicado em solo canadense há 15 anos ao lado da mulher – que conheceu Araceli – e dos dois filhos, de 25 e 23 anos. Consigo, ele tem uma única foto da irmã.

Em meio a choro copioso, Luiz diz sentir culpa pelo que não tem. Crê que se tivesse pegado o ônibus mais cedo de volta para casa, talvez a história fosse diferente e tivesse encontrado Araceli como sempre.

O carpinteiro ficou sabendo a partir da reportagem de *A Tribuna* sobre o mural em homenagem à irmã que será inaugurado hoje, às 9h, no viaduto do fim da praia de Camburi. “É muito válido, mas preferia que não tivesse motivos.”

Quando vier ao Brasil, ele tem a intenção de fazer o teste do DNA

junto aos restos mortais de Araceli, que estão enterrados no cemitério de Serra-Sede, como uma forma de poder “lavar a alma”. “É a minha última esperança”.

A TRIBUNA – Como vieram parar no Espírito Santo?

LUIZ CARLOS CRESPO – Eu e minha irmã nascemos em São Paulo, onde nossos pais se conheceram. Araceli era bebê e tinha muitos problemas de bronquite. O médico aconselhou que fossemos para um lugar de clima melhor. Apareceu a obra do Porto de Tubarão e então fomos morar em Jaburuna, Vila Velha, em 1965. Moramos sete anos por lá.

Chegamos a ir para Santos uma época, mas sentíamos falta de Vila Velha, e voltamos. Depois, em dezembro de 1972, nos mudamos para o Bairro de Fátima.

O que o senhor se lembra do dia do desaparecimento?

(Suspiro) Vou falar uma coisa que nunca falei para ninguém. Nesse negócio de estudar em Vitória, só tinha um ônibus que passava do Bairro de Fátima para lá. Se perdesse, ficava uma hora esperando. A gente ia junto para a escola.

Ela ficava na Praia do Suá e eu seguia em frente. Só que nesse dia eu tinha aula de Educação Física e se eu faltasse para sair mais cedo, corria o risco de ser reprovado.

Se eu tivesse pegado o ônibus, talvez eu tivesse encontrado a minha irmã. Minha mãe mandou um bilhete pedindo para ela sair mais cedo. De repente eu poderia ter visto! Quando cheguei em casa, meus pais perguntaram onde estava Araceli e disse que não sabia. Acharam que estava brincando.

Por que?

Teve uma vez que o ônibus quebrou e eu tive de voltar a pé lá do Forte São João até o Bairro de Fátima. Minha irmã ouviu essa história. Uma vez um ônibus quebrou e ela veio andando também. Só que, graças a Deus, um motorista que fazia serviço no Tubarão viu ela andando sozinha em Camburi e chamou a atenção. A avenida era estreita e aí o cara viu e conversou com ela, que disse que morava no Bairro de Fátima e que tinha um pai que trabalhava lá no porto.

O rapaz o conhecia e ele a trouxe para casa. Chegou a Kombi e meu pai explicou para a minha irmã: “Você não faz mais isso!”. Meu pai falou que ia tirar ela da escola e colocar junto comigo em outra. Era muito difícil. (Silêncio e choro) Eu sinto isso - culpa pela morte. (Choro)

Como foram as buscas?

Logo no dia, meu pai saiu com o Fusquinha dele e foi na escola saber. Foi lá procurando pela praia, quem sabe veio a pé outra vez, foi à polícia. Procurou por telefones. Não tinha pistas. Alguns dias depois, um corpo foi encontrado. Meu pai reconheceu o corpo, mas depois não tinha certeza (mês-



CASA onde Araceli morou, no Bairro de Fátima, tem árvore grande na frente



LUIZ CARLOS guarda com ele, no Canadá, uma única foto da irmã



ARQUIVO PESSOAL

depois exames comprovaram que era Araceli). O dia que eu for ao Brasil, quero fazer um exame de DNA no corpo. Para poder lavar a alma. É minha última esperança.

Acredita que pela sua família ser estrangeira o tratamento do caso foi mais difícil?

Com certeza. Não tínhamos nada. Estava todo mundo fora. Por ser boliviana, minha mãe foi ligada com o tráfico de drogas, sendo que nem saía de casa. Nunca vimos ninguém daquelas famílias. As pessoas foram levianas.

Como ficou o casamento dos seus pais?

O casamento acabou a partir da-

“O Bairro de Fátima era o paraíso. E até hoje tenho grandes amigos por lá. Isso me ajudou demais a seguir em frente”

li. Minha mãe ficou muito traumatizada e voltou para a Bolívia. Meu pai e minha mãe se casaram de novo, tiveram filhos.

Eu tive problema com esse negócio da minha irmã, mas tinha muitos bons amigos. Minha mulher conheceu a minha irmã. O Bairro de Fátima era o paraíso. E até hoje tenho grandes amigos por lá. Isso me ajudou demais a seguir em frente. Poderia ter entrado para o crime, ter virado marginal, mas mantive a cabeça, graças à educação que meu pai deu e me proporcionou.

Como está a sua mãe?

Ela é viva e mora na Bolívia. Ela está com uns 77 anos, acho, mas está com alzheimer. Toda vez me pergunta sobre a casa no Bairro de Fátima, o que eu fiz. A casa ainda é nossa e um amigo mora por lá. Acabou a minha família nesse caso da minha irmã. E meus pais tiveram de se reconstruir. A vida segue. Iria completar 13 anos na época

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL E RODRIGO GAUNA

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS

Carpinteiro fica chocado com a morte de Fabyanie

O carpinteiro Luiz Carlos Cabrera Sanchez Crespo, de 57 anos, ficou chocado ao ser informado sobre a morte da menina Fabyanie Isadora Claudino Bezerra, de 2 anos e 5 meses, que foi torturada e abusada sexualmente no último dia 18 pelo padrasto, Michael Lelis, 28 anos.

A reportagem relatou o caso para o irmão de Araceli na noite de quinta-feira, por meio de uma ligação telefônica, na véspera da prisão da mãe da vítima, a cuidadora de idosos Maria Izabel Claudino, 22.

O titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, frisou que Maria Izabel foi omissa quanto aos abusos — entre outras acusações —, por isso ela vai responder pelos mesmos crimes praticados por Michael: tortura que resultou em morte e estupro de vulnerável. Ela está no presídio.

Ao comentar sobre o que aconteceu, Luiz Carlos não conteve a emoção e chegou a chorar.

“Isso é muito difícil. Só quem passa por isso é que sabe. É uma dor tão grande. Nesse caso, um bebê. Porque uma menina de dois anos é um bebê para mim. Mal, mal sabe falar. (Choro) As leis são brandas. O que a sociedade espera de uma pessoa dessas? Eu não espero nada”, explicou o irmão de Araceli Cabrera.

Luiz cobra por justiça e punição para os envolvidos no caso de Fabyanie. Já o processo envolvendo a irmã dele chegou a ser reativado em 1º de setembro de 2014, mas foi arquivado definitivamente em 1º de julho de 2016. Houve tristeza por parte dele pelo fato dos criminosos não terem sido encontrados.

“Houve sentimento de frustração. Vejo as coisas desse jeito. O



MURAL em homenagem a Araceli e Fabyanie Isadora será inaugurado hoje

Brasil tem de dar uma reformulada geral. Eu vejo um caso de um cara que matou um enteado. Isso não pode ser do ser humano.”

MURAL

Os rostos e as histórias de Araceli Cabrera e Fabyanie Isadora vão estar juntos na conscientização sobre casos de violência contra as crianças e adolescentes.

Hoje, às 9 horas, será inaugurado o memorial Araceli, com um mural de grafite com 1.400 metros quadrados que tem a imagem dela e também da menina Fabyanie, logo ao seu lado.

O local escolhido é o viaduto que fica no final da praia de Camburi e que já tem o nome de Araceli. Sete grafiteiros tiveram a missão de fazer o trabalho.

Arroz e feijão no almoço da mãe de menina estuprada

Horários regrados para alimentação e com cardápios definidos fazem parte agora da rotina da cuidadora de idosos Maria Izabel Claudino, de 22 anos. Ela foi presa pela morte da filha, a menina Fabyanie Isadora Claudino Bezerra, de 2 anos e 5 meses, torturada e abusada sexualmente pelo padrasto Michael Lelis, 28.

Segundo o delegado Lorenzo Pazolini, ela teve a prisão temporária decretada — 30 dias de detenção, pelo menos — por ter sido omissa aos atos do companheiro.

Agora, segundo agentes penitenciários consultados pela reportagem, ela tem no café da manhã a opção de comer pão com café com leite ou achocolatado. Já no almoço e no jantar, a opção do cardápio é composta de arroz, feijão, verduras e um tipo de carne, que varia conforme a refeição.

Enquanto a cuidadora de idosos está na prisão, as famílias de Michael Lelis e da acusada dizem que vão disputar a guarda do bebê do casal, que tem 10 meses.

DEPOIMENTOS

De acordo com o relatório de pro-

fissionais de saúde do Hospital Infantil, que atenderam Fabyanie, mães que estavam no local, entre os dias 18 e 19 de maio, a acusada recordava do passado enquanto foi abrigada na sala do Serviço Social, após ser ameaçada por outras mães.

“Recordava o passado, falando que infância dela foi sofrida, que ela foi abandonada e tinha um parceiro fixo. Falava muito do Michael. Tanto que relatava que o Michael era muito bom, que ele cuidava muito bem das crianças. Ela defendia Michael o tempo todo. A médica pedia para ela falar a verdade e ela confirmava a versão da queda e que o Michael era muito bom para as crianças”, diz o relatório, que foi repassado pelo delegado titular da DPCA, Lorenzo Pazolini.

O relatório alega que “o comportamento da mãe de Fabyanie no hospital era muito diferente das mães que chegam, todos os dias ao hospital, com seus filhos com graves problemas de saúde. Em momento nenhum, a mãe de Fabyanie ela chorou, se lamentou e a todo instante ela se reportava a seu companheiro Michael”.



MARIA IZABEL é mãe de Fabyanie Isadora, que morreu no último dia 18

RELEMBRE O CASO ARACELI

Pai fez buscas pela menina

Crime complexo

> ARACELI DESAPARECEU no dia 18 de maio de 1973. Na sexta-feira, a menina saiu de casa, no bairro de Fátima, na Serra, e seguiu para a Escola São Pedro, na Praia do Suá, Vitória.

> A ESTUDANTE saiu mais cedo da escola, para não perder o ônibus de volta para casa. Ela foi vista em um bar no cruzamento das avenidas Ferreira Coelho e César Hillar.

> ESSA FOI A ÚLTIMA vez que Araceli foi vista. O pai dela, Gabriel Crespo, começou sozinho as buscas pela filha, até pedir ajuda policial.

> SETE DIAS DEPOIS o corpo de uma criança foi encontrado em estado de decomposição e desfigurado, em uma mata atrás do Hospital Infantil.

> O PAI RECONHECEU o corpo, como sendo o de Araceli, mas não tinha certeza. Meses depois exames comprovaram que era o corpo de Araceli.

> O TRABALHO de investigação do caso, até hoje, é alvo de muitas críticas. Boatos prejudicaram o andamento das investigações.

> HOVE JULGAMENTO do caso Araceli, em 1980, mas o Tribunal de Justiça do Estado acabou anulando a sentença.

> EM NOVO JULGAMENTO todos os suspeitos foram absolvidos.

> 18 DE MAIO é o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” (Lei Federal nº. 9.970/2000).



ARACELI CABRERA tinha 8 anos

Fonte: Pesquisa AT.

NO ESTADO

Histórico de punição médica é pequeno

De 2016 a maio de 2017, foram julgados 96 casos. Um médico teve o registro cassado

RAQUEL LOPES
rflopes@redgazeta.com.br

Num universo de aproximadamente 12 mil médicos no Espírito Santo, foram julgados 96 de 2016 até maio de 2017 no Estado. Desse total, 50 foram punidos e 46 absolvidos pelo Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES).

Apenas sete tiveram penas mais duras, um com a pena máxima, ou seja, de cassação do registro. Os outros seis tiveram suspensão por 30 dias – duas em 2016 e quatro de janeiro a maio deste ano.

A maioria teve punição com penas de advertência e censura confidenciais. O histórico mostra que o número de punições sempre foi pequeno. Em sete anos, de 2008 a 2011, foram apenas 66 punidos pelo CRM. Entre os médicos punidos, 11 tiveram suspensão o exercício profissional por até 30 dias e três sofreram punição máxima.

ABSOLVIÇÃO

Segundo o presidente do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), Carlos Magno Pretti Dalapicola, quase metade dos médicos foram absolvidos, ou seja, 56 profissionais. Ele associa o número ao fato

de que qualquer pessoa pode denunciar o profissional, cabe ao conselho abrir o processo se achar que há indícios.

“No processo é que o profissional poderá se manifestar e preparar a defesa através de provas, que são julgadas e o conselho, formado por 42 pessoas, é que decide”, comenta.

NEGLIGÊNCIA

Os dados apontam que a maioria das penas foi por negligência, imprudência e imperícia do profissional. “Isso ocorre pela atuação médica em procedimentos que o resultado não tenha sido satisfatório ou que tenha havido sequelas”, afirma o presidente do conselho.



IMAGEM TV GAZETA

Hospital Geral de Linhares: rotina de médicos foi acompanhada pela polícia

CRM-ES não investiga médicos de Linhares

Os 29 médicos investigados por suspeita de não cumprimento da carga horária no Hospital Geral de Linhares (HGL), no Norte do Espírito Santo, não estão sendo investigados pelo Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES).

A investigação está por conta do Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES). Durante dez dias, policiais ficaram disfarçados em frente e dentro do hospital para monitorar a chegada, a saída e o cartão de ponto dos médicos.

Segundo o presidente do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo, Carlos Magno Pretti Dalapicola, o problema está relacionado a questões administrativas.

“É um problema administrativo de cumprimento da carga horária, mas se soubermos que a ausência deles acarretou em danos ao paciente, será aberto o processo”, explica.

Justiça tem 514 casos de erros médicos

O número se refere a processos no Estado. O paciente que se sentir lesado deve reunir provas e buscar ajuda de um advogado

Kelly Kalle

Partos, problemas com traumas em acidentes e cirurgias plásticas são os principais casos que viram processos por erro médico na Justiça, segundo a Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), atualmente tramitam no Estado 514 processos com o tema erro médico. No ano passado, o número era ainda maior. Em agosto, havia 1.268 processos em andamento.

O paciente deve buscar ajuda de um advogado ou da Defensoria Pública quando desejar entrar com um processo.

O advogado Victor Passos explicou que o paciente que se sentir le-

durante o processo.

"Se o problema for algo que le-

vou transtorno ao paciente, é importante procurar outro médico

para uma segunda opinião, para saber se realmente houve falha. Quando é algo mais grave não há necessidade. É importante buscar o hospital ou a clínica para ter acesso ao prontuário médico e guardar exames e fotos."

O advogado Rafael Teixeira de Freitas afirmou que há quatro tipos de danos que podem ser solicitados retornos no processo.

"Há o dano material, por gastos com remédios, exames ou cirurgias; há o dano moral, por ter causado sofrimento ao paciente; há o dano estético, em casos de ter feitos grandes cicatrizes devido ao erro; e há ainda o lucro cessante, quando o paciente deixa de trabalhar por causa do erro."

Um caso que vai virar processo, segundo familiares, é o da dona de casa Keila Viana de Oliveira, 37. Doze dias após o parto, sentiu dores e febre, com sangue ainda saindo do seu corpo, a mãe de Keila, Antonieta Maria Ramos, 58, contou que a filha descobriu uma gaze de cerca de 50 centímetros dentro do seu canal vaginal.

A direção do Hospital Estadual Doutor Jayme Santos Neves informativa para apuração dos fatos. Informou ainda que a paciente tem recebido toda assistência necessária ao caso.

OS NUMEROS

2017

514 processos tramitam no Tribunal de Justiça do Estado atualmente com o tema erro médico

305 sindicâncias foram instauradas no Conselho Regional de Medicina do Estado (CRM-ES), sendo 16 processos ético-profissionais em andamento

2016

1.268 casos tramitavam na Justiça no ano passado

2015

1.004 casos tramitavam no Tribunal de Justiça em 2015 contra erros médicos

OPINIÕES



"É importante buscar o advogado para saber quais são seus direitos e dialogar antes da Justiça"

Victor Passos, advogado



"Prontuários e exames são válidos para ajudar a provar um erro médico durante o processo"

Rafael Teixeira de Freitas, advogado



HOSPITAL Estadual Dr. Jayme dos Santos Neves, onde a filha de Antonieta (destaque) fez seu parto



ANTONIETA MARIA RAMOS MÃE

"Vamos processar quem fez isso"

A mãe da dona de casa Keila Viana de Oliveira, 37, a também dona de casa Antonieta Maria Ramos, 58, contou que na noite de quinta-feira, a filha retirou uma gaze de dentro do canal vaginal. A preocupação da família agora é a de Keila ter uma infecção.

A ideia é que a família entre com um processo para punir os médicos que teriam causado o problema. Jayme Santos Neves.

A TRIBUNA - Como ela descobriu a gaze em seu corpo?

ANTONIETA MARIA RAMOS - Ontem (quinta) por volta de 23 horas, ela foi tomar banho e algo a incomodou na vagina. Ela pegou um espelho e viu a ponta da gaze e então puxou e veio aquele pano de 50 cm que estava dentro dela. Então fomos para o Hospital das Clíni-

cas, depois para a Pró-Matre, mas nenhum dos dois a aceitaram. Disseram que ela tinha de ir no hospital onde foi o parto dela.

> Vocês não queriam ir ao hospital Jayme Santos Neves?

Nem pensar, pois quando ela teve o João Miguel, há 12 dias, ela ficou 16 horas em trabalho de parto. Disseram que era parto humanizado e ninguém a ajudou, nem aquecida o bebê foram dados. Só vol-

"Ela está muito abalada, não quer nem falar. Mas nós vamos processar quem deixou a gaze, é uma irresponsabilidade"

tamos lá porque os outros hospitais não a aceitaram.

> Vocês desconfiavam de que algo estava errado?

Sim, ela estava com febre, dores na região abdominal, nas costas e de cabeça. Por ter sido parto normal, já era para ela ter melhorado. Agora estamos com medo de infecção. Saía muito sangue pela vagina, no hospital e em casa, e havia saído, não tem mais o cheiro.

> Ela está internada?

Não, ela só foi para buscar uma receita de remédio para a dor, pois ela não quer ficar lá. Mas ela está muito abalada, não consegue falar. A médica que a atendeu não fez exame para saber se há infecção. Nós vamos processar quem deixou a gaze, é uma irresponsabilidade.

Jovem deixa UTI após infecção

A jovem vendedora Melina Rodrigues, de 22 anos, que ficou sem útero devido a uma infecção dias após o parto no Hospital Estadual Infantil e Maternidade de Vila Velha (Himaba), teve melhora em seu quadro clínico e conseguiu sair da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em que estava, no Hospital Estadual Dório Silva, na Serra.

Sua mãe, a cozinheira Maria Raimunda Rodrigues, 40, contou que a filha saiu da UTI há três dias. "Os médicos vão avaliar na segunda-feira se a infecção melhorou, e pode ser que ela tenha alta."

Melina teve hemorragia durante o parto e ficou internada por sete dias. Um dia depois de receber alta, Melina sentiu fortes dores e febre de 40 graus e teve de correr para o hospital.

Segundo a família, assistentes sociais do local disseram que a jovem teve uma infecção grave porque médicos teriam deixado em sua barriga peças perfurantes durante o parto, e ela teve de passar



MELINA Rodrigues, de 22 anos, teve de retirar o útero após infecção. Médicos teriam deixado objetos pontiagudos em sua barriga após o parto

por uma cirurgia e retirar o útero.

Maria Raimunda contou que a família vai entrar com um processo contra os médicos e o hospital.

O corregedor do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), Thales Gouveia, afirmou que, após a reportagem denunciando o caso, no dia 25 de maio, o CRM-ES instaurou uma sindicância no órgão para investigar o que ocorreu com a paciente.

Ele solicitou que a família fosse ao CRM-ES para ser ouvida durante a apuração dos fatos.

"Nós vamos ao CRM em breve. Está muito corrido, pois temos de cuidar dos dois filhos gêmeos de Melina e ainda da minha filha de 3 meses. O João Miguel voltou para o hospital, pois teve parada cardíaca, mas quando as coisas se resolverem, vamos até lá. Queremos justiça", disse Maria.

CANDIDATOS BRIGAM POR VAGAS NA JUSTIÇA



Lucélia Neves conseguiu ser aceita em concurso 11 anos após eliminação

VITOR JUBINI

Eliminados de concursos garantem aprovação após processos

4 DINÁ SANCHOTENE
dsanchotene@redgazeta.com.br

Passar em um concurso público é o sonho de milhares de candidatos Brasil a fora. Com a redução no número de vagas e a concorrência cada vez mais acirrada, qualquer detalhe pode fazer uma grande diferença.

É aí que erros em editais ou na interpretação do mesmo podem trazer uma grande frustração, levando o concorrente a ingressar na Justiça para garantir o direito de permanecer na disputa e assumir o cargo.

Durante o concurso para inspetor penitenciário da Sejus, em 2006, a banca examinadora concluiu que Lucélia Teixeira Neves, de 38 anos, era portadora de doença renal crônica e que fazia hemodiálise. O detalhe é que ela nunca teve a

doença e mesmo assim foi eliminada do certame.

Para corrigir a injustiça, Lucélia entrou com uma ação e 11 anos depois, em março, a Justiça deu sentença favorável a ela. "Agora, aguardo para fazer o curso de formação. No meu caso, houve uma sequência de erros. Primeiro, falaram que eu tinha pressão alta e, depois, doença renal", conta.

Outro caso de eliminação que foi judicializado é o de duas candidatas que concorriam a vagas de cotistas em um concurso para uma instituição de ensino.

Elas precisavam comparecer à instituição para verificar se preenchiam ou não o requisito. Entretanto, devido a um acidente de trânsito, as candidatas ficaram presas no engarrafamento, perderam o horário do teste

O QUE DIZ A LEI

▼ Constituição

A Constituição Federal estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, sendo vedada a diferença de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

▼ Limitação

Eventuais limitações estabelecidas como critério de admissão em cargos públicos devem estar estabelecidas em lei.

▼ Saúde

É indevida a eliminação de concurso, como, por

exemplo, em questões de saúde transitórias, inexistentes ou sem razão, como cirurgias que não afetam a função, cicatrizes, tatuagem, problemas de visão passíveis de correção, entre outros.

▼ Saúde

Não se pode eliminar candidato por questões que não o tornem inapto para o exercício do cargo, em se tratando de exames de saúde, por exemplo.

Fonte: Victor Marques, advogado

e ainda foram eliminadas do certame.

O advogado Victor Marques explica que as candida-

da Justiça que deu parecer favorável a elas, que devem assumir os cargos em breve. "A decisão ainda é em caráter liminar e a instituição ainda pode recorrer", explica a candidata.

LEI

Outro caso citado pelo advogado é o de um candidato ao cargo de soldado da Polícia Militar eliminado porque foi submetido a uma cirurgia no joelho. "Nesse caso, o juiz entendeu que o procedimento ao qual o candidato foi submetido não iria interferir no desempenho da função", conta.

"A Justiça tem vários processos como esse. Qualquer requisito que possa eliminar um candidato deve ser estabelecido por lei. Sendo assim, é indevida a eliminação em concurso público, como,

por exemplo, em questões de saúde transitórias, inexistentes ou sem razão, como cirurgias que não afetam o exercício da função, cicatrizes, tatuagens, problemas de visão passíveis de correção", acrescenta Marques.

Um candidato também chegou a ser eliminado por ter problema de visão, mas Justiça entendeu que a correção pode ser feita por lentes de contato.

A advogada Renata Araújo da Cruz da Silva Ferreira conta que recebe muitas reclamações de candidatos que foram eliminados sem causa aparente. "Certa vez, um candidato contratou um laboratório para fazer todos os exames de saúde. No entanto, no laudo faltou relacionar um item. Mas conseguimos provar que no extrato constava o tal exame".

CASOS QUE FORAM PARAR NA JUSTIÇA

CIRURGIA DE JOELHO

▼ Um candidato foi submetido a uma cirurgia no joelho, o que provocou a exclusão

dele do concurso para soldados da Polícia Militar do Espírito Santo. O rapaz entrou na Justiça comprovando que a reconstrução do joelho não deixou sequelas e que não comprometeria a sua capacidade de trabalho. Há várias ações deste tipo na Justiça.

OFTALMOLÓGICO

▼ Um candidato foi considerado inapto no exame médico por apresentar

alterações oftalmológicas. O caso aconteceu também no concurso da PM. A Justiça considerou a eliminação ilegal, "em razão de portar baixa acuidade visual passível de correção comprovada por laudos médicos, ou seja, corrigida por lentes de contato ou óculos.

DRUGA

▼ Um candidato a soldado da PM relatou que usou maconha um ano antes de prestar o

concurso público, provocando a sua eliminação. Nos autos do processo, ficou comprovado que ele nunca foi e não é usuário de drogas e, por isso, ele pode exercer a profissão, tendo somente declarado que utilizou a droga por pouco tempo há pelo menos um ano.

NASCIMENTO

▼ Uma candidata do concurso da Guarda Municipal de Vila Velha conseguiu na Justiça o direito

de participar do certame por conta do horário de seu nascimento. A jovem ficou classificada na 131ª colocação, mas durante a convocação do cadastro de reserva, ficou de fora da lista. Porém conseguiu provar que era oito horas mais velha do que o candidato da posição anterior e garantiu a classificação.

CADASTRO DE RESERVA

▼ O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-ES) condenou o

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bades) a nomear e efetuar os procedimentos de contratação de candidatos aprovados em concurso público realizado em 2014. A decisão atende ao pedido do Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo em ação ajuizada na Justiça do Trabalho.

PRESSÃO

▼ Um candidato ao cargo de agente penitenciário, durante os exames

médicos, apresentou pressão de 13 por 10. No relatório da banca organizadora, havia divergência se ele estava aprovado ou não. A Justiça decidiu que ele deveria retornar ao concurso pois sua saúde não apresentava risco para exercer a profissão.

OCUPAÇÃO EM VITÓRIA

Grupo entra na Justiça para ficar em prédio

Rayza Fontes

As 154 famílias que ocupam o prédio do antigo IAPI, no Centro de Vitória, entraram na Justiça para permanecer no prédio, renomeado por eles de Edifício Maria Clara da Silva, após a 2ª instância da Justiça Federal ter dado uma liminar autorizando a reintegração de posse do prédio para a Superintendência de Patrimônio da União (SPU).

Na página do movimento no Facebook, intitulada "Ocupação Chico Pregó", o grupo publicou a seguinte mensagem: "Junto à Defensoria Pública da União e à Defensoria Pública Estadual, ajuizamos uma Ação Civil Pública perante a Justiça Federal, colocando no ban-

co dos réus União Federal, Estado do Espírito Santo e Município de Vitória."

Dentre as reivindicações, que o prédio do antigo IAPI seja usado para a moradia de interesse social, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

THIAGO COUTINHO - 08/05/17



PRÉDIO ocupado no centro

MARECHAL FLORIANO

Ex-secretária tem que devolver dinheiro

Justiça viu indícios de pagamentos sem necessidade e sem comprovação

Uma ex-secretária municipal de Saúde foi condenada a devolver aos cofres de Marechal Floriano o valor de R\$ 8.250,00 referente a diversos adiantamentos requisitados e recebidos, porém, não justificados, nem restituídos ao município.

Em defesa, a ex-secretária sustentou que, na ocasião, utilizou os valores para atender demandas do cargo, e que todos os recursos públicos que recebeu foram gastos de forma legal.

Quanto à prestação de contas, a ex-secretária afirmou enfrentar dificuldades para apresentar toda a documentação, pois alguns documentos se extraviaram e foram perdidos, enquanto outros se encontravam na Secretaria de Saúde.

De acordo com o juiz da Vara Única de Marechal Floriano, a lei municipal prevê o adiantamento do pagamento das despesas com transporte e alimentação, quando ocorridas em viagens a serviço do município, observando que cada adiantamento terá, obrigatoriamente, sua prestação de contas



Prefeitura de Marechal: pagamentos irregulares

efetuada em cinco dias após sua utilização.

Porém, a ex-secretária não conseguiu comprovar os quatro adiantamentos que realizou, sendo notificada, à época, pelo secretário de Finanças do município, para que fizesse a prestação de contas das quantias recebidas.

Quanto aos recibos apresentados, alguns apontam gastos com restaurante dentro dos limites do município, não havendo viagem que justificasse a diária.

Em outros, não há especificação dos nomes dos servidores beneficiados,

existindo ainda recibos que foram emitidos em datas anteriores ao recebimento da diária, entre outras incongruências apontadas pelo magistrado.

Quanto a um pagamento específico, recebido pela ex-secretária na qualidade de médica, foi alegado que a lei dava a ela o direito ao recebimento de diárias quando se ausentasse do município por mais de 6 horas.

No entanto, o juiz afirma que essa comprovação também não foi feita. A reportagem tentou contato com a condenada, mas não obteve retorno. (G1-ES)

Vice-prefeito deve assumir em Castelo, diz procurador

DIVULGAÇÃO - 01/06/2017

O procurador regional eleitoral Carlos Vinicius Cabeleira enviou um ofício ao presidente da Câmara de Vereadores de Castelo, Warlen César Bortoli (SD), para que o prefeito Luiz Carlos Piassi (PMDB) seja afastado do cargo por ser condenado em processo de improbidade administrativa.

O vice-prefeito Pedro Nunes (PSDB) deve assumir a chefia do Executivo municipal. O procurador eleitoral afirmou que não há como manter o prefeito no cargo porque ele estaria com os direitos políticos suspensos.

“O comando do Poder Executi-



PIASSI: pedido de afastamento

vo do município de Castelo não pode permanecer na chefia de pessoa que não reúne, temporariamente, as condições ao exercício pleno da cidadania, pois, repita-se, condenada por ato de improbidade administrativa, em sentença transitada em julgado”, escreveu Cabeleira.

O Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria de Justiça de Castelo, é o autor da denúncia contra Piassi e informou que analisa como proceder para a retirada de Piassi do cargo. O prefeito e o vereador Bortoli não foram localizados pela reportagem.

SEGURANÇA NA JUSTIÇA

OAB condena revista a advogados em fóruns

Presidente da entidade, Homero Mafra relatou que profissionais foram constrangidos após a implantação de novas normas de segurança

Caio Miranda

O presidente da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Mafra, condenou as novas normas de segurança implantadas nos fóruns e na sede do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) desde a última quinta.

Mafra afirma que vem recebendo relatos de advogados, que reclamam do tratamento recebido pela equipe de segurança ao entrar nos prédios da Justiça Estadual.

Em reportagem publicada ontem, em *A Tribuna*, o assessor de Segurança Institucional do TJ-ES, Anderson Faneli, informou que o sistema de detectores de metais e inspeção de bagagens não apresentou problemas no primeiro dia de funcionamento, e que pessoas elogiaram o novo sistema.

Para o presidente da OAB-ES, não há nada de normalidade. "É inaceitável que pastas de advogados sejam submetidas a revistas, que eles tenham de abrir suas pastas para entrar nos fóruns. Até scanner manual estão usando. Eles são suspeitos? O pior é ouvir o assessor de segurança dizer que está tudo normal", avaliou.

Mafra revelou ainda que até mesmo comentários sexistas já foram feitos a uma advogada. "Teve segurança que disse que a saia de uma advogada teria que ser medida para ela entrar em um fórum".

O presidente da OAB-ES afirmou que o órgão vai dialogar com



FANELI disse que detectores de metais e inspeções funcionaram normalmente

a cúpula do TJ-ES para que os casos não voltem a acontecer.

"Acreditamos que a presidência do Tribunal vai encontrar uma solução que respeite a advocacia e os membros do Ministério Público. Não podemos ser tratados como inimigos do Poder Judiciário, ainda mais em um Estado que não há notícia de violência contra juízes". As normas de segurança tam-

bém foram criticadas por Pedro Paulo Coelho, diretor-presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado (Adepes). Ele afirmou que alguns defensores foram barrados nos fóruns.

Para Coelho, a maior crítica é pelas normas não serem aplicadas em juizes e desembargadores. "Viola o tratamento isonômico entre as carreiras jurídicas", disse.

ENTENDA O CASO

TJ diz que não houve ocorrências

Inspeção na entrada dos prédios

➤ NA QUINTA-FEIRA, o TJ-ES, seguindo recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), implementou novas normas de segurança em sua sede, em Vitória, e em mais 43 unidades da Justiça Estadual.

➤ ENTRE AS MEDIDAS estão a necessidade de cidadãos, promotores, advogados e defensores públicos de passarem por detectores de metais e revistas nas bagagens nos prédios.

➤ O ASSESSOR de Segurança Institucional do Tribunal, Anderson Faneli, disse, à reportagem de *A Tribuna*, que não houve problemas no primeiro dia das novas normas.

➤ A ASSESSORIA do TJ-ES informou que também não houve ocorrências ontem, durante o segundo dia.

➤ HOMERO MAFRA, presidente da OAB-ES, porém, afirmou que já rece-

beu várias reclamações de advogados, que criticam as normas.

➤ PEDRO PAULO COELHO, presidente da Adepes, criticou a falta de tratamento isonômico entre as categorias jurídicas.



MAFRA diz que não há normalidade

Novas normas são definidas pelo CNJ, afirma Tribunal

Por nota, a assessoria do Tribunal de Justiça informou que as novas normas de segurança são estabelecidas pelo CNJ, e são regras já utilizadas por outros órgãos que integram o Sistema Judiciário, como a Justiça Federal, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES) e a Justiça do Trabalho.

Sobre as reclamações da OAB-ES e da Adepes, a assessoria informou que Anderson Faneli, assessor de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça, vem acompanhando todos os acessos às unidades judiciárias do Estado.

O Tribunal informa que, até o momento, não houve registro de incidente, reclamação ou ligação para reclamar das novas normas.

Alterações no trajeto dos ônibus

GUARAPARI

O embarque e desembarque dos ônibus intermunicipais exclusivamente na rodoviária de Guarapari pode acontecer nos próximos dias, em função de um acordo formalizado entre a empresa Telavive e a prefeitura, em reunião na tarde de ontem.

As informações são de que o contrato será cumprido, mas com ressalvas que serão publicadas em um decreto na próxima semana. Além da rodoviária, os passageiros poderão embarcar nos pontos das extremidades de Guarapari, como é o caso dos pontos em Setiba e em Meaípe.

O trajeto dos ônibus também será alterado. Os coletivos intermunicipais não vão passar por dentro da cidade e seguirão pelo contorno da Rodovia do Sol, tanto para Vila Velha e Vitória, quanto para o Sul do Estado.

A necessidade dos passageiros utilizarem apenas a rodoviária para embarque e desembarque faz parte do termo de concessão, assinado em 2011, quando o terminal começou a ser construído.

No entanto, devido à pressão dos moradores e vários processos na Justiça, o assunto vinha sendo

discutido desde que o terminal foi inaugurado, em setembro de 2015. O problema, segundo passageiros, é que a rodoviária ficou muito do longe do Centro, dificultando o deslocamento.

A enfermeira Soraya Costa, 32, mora em Santa Mônica e diariamente pega ônibus na Rodovia do Sol, para ir a Vila Velha. Com a mudança, ela terá de pegar dois ônibus a mais para ir trabalhar.

“Eu costume pegar o ônibus às 6 horas. Agora terei que levantar mais cedo para tomar um ônibus que possa me deixar no ponto em que o ônibus que segue para Vila Velha vai passar. Será muito mais difícil, além do gasto a mais”.

O estudante Jhonas Monteiro, 21, segue de Guarapari para Piúma todos os dias. O ônibus até então, passava na porta da casa dele, na rodovia Jones dos Santos Neves. Com a mudança, ele terá de ir até a rodoviária para chegar à escola.

“Ficar refém de um contrato que prejudica nosso direito de ir e vir é um absurdo”, desabafa.

A prefeitura informou que só vai se pronunciar após publicação do decreto. Os responsáveis pela rodoviária também preferiram não se manifestar.

ROBERTA BOURGUIGNON

